

* Professor Adjunto e
Pró-Reitora de
Assuntos Acadêmicos
da Universidade
Federal Fluminense. E-
mail: *luck@proac.uff.br*

** Professor Adjunto da
Universidade Federal
Fluminense. E-mail:
erlymar@uol.com.br

Correspondência:
Address:
Rua Siqueira Campos,
n.91, apto 201 (Santa
Rosa) 24240-460
NITEROI - RJ

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ARTICULAÇÃO COM AS ESCOLAS PÚBLICAS: (re)significando a prática pedagógica discente

TEACHING TRAINING LINKED TO PUBLIC SCHOOLS:
giving (new) meaning to the pedagogical
practice of teachers

Esther Hermes Lück*
Erly Maria de Carvalho e Silva**

Resumo

Apresentam-se os fundamentos, o percurso para a implementação e os resultados de uma gestão acadêmica intencionalmente dirigida pela busca da articulação da formação inicial com a formação continuada dos professores em exercício no magistério público. Com o objetivo de inserir o futuro educador na realidade concreta da rede de ensino público, buscou-se transformar as relações entre a Escola e a Universidade Federal Fluminense em práticas que proporcionassem a melhoria da qualidade do ensino e da gestão nas escolas públicas. Das ações planejadas conjuntamente resultaram: práticas de ensino inovadoras; aumento do interesse e da participação das escolas; aprovação do programa “Bolsa Licenciatura” no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF; aprovação da “Base Comum” para todos os cursos de licenciatura pelo Conselho de Ensino e Pesquisa; realização da Mostra de Iniciação à Docência e de Seminários de Avaliação dos Projetos; e publicação de dois livros. Tendo como motivação maior a resignificação da prática pedagógica discente, o projeto revela o quanto Universidade e Escolas têm a aprender, mais até do que ensinar.

Artigo recebido em:
03/12/2006
Aprovado em:
01/03/2007

Abstract

The bases, the implementation history, and the results are presented, of an academic management that is intentionally focused on an attempt to link initial training with

continuing education for teachers working in the public school/network. With the aim of inserting future educators in the concrete reality of the public teaching network, it seeks to transform the relations between the School and the Universidade Federal Fluminense – UFF in practices which provide better quality of teaching and management of public schools. The results of the jointly planned actions are: innovative teaching practices; increased interest and participation by schools; approval of the “Bolsa Licenciatura” (Scholarship program for teacher education courses in the Institutional Development Plan of the UFF; approval of the *Base Comum* (Common Core) for all the teacher education courses, by the Teaching and Research Council; the implementation of the *Mostra de Iniciação à Docência* and *Seminários de Avaliação dos Projetos*; and publication of two books. Motivated by the greater resignification of Pedagogical practice of students, the projects highlights how much the University and Schools still have to learn, even more than what they should teach.

Palavras-chave

Formação de professores; Pesquisa e prática de ensino; Projeto pedagógico de curso de licenciatura.

Keywords

Teacher training; Teaching research and practice; Pedagogical project of teacher education courses.

Introdução

Ao longo de sua história, a universidade tem pretendido legitimar o seu papel de produtora do conhecimento científico, tecnológico e cultural, preservar e difundir saberes e, ao mesmo tempo responder, convenientemente, às demandas da sociedade na qual se insere. Uma dessas demandas sociais é pela formação de professores mais preparados para lidar com a heterogênea realidade educacional do país, especialmente, nos níveis fundamental e médio.

Os altos índices de evasão na educação básica brasileira têm sido objeto de preocupação de governos tanto no nível federal, estadual e municipal. Relatório divulgado pela UNESCO, em 2004, revela que embora ocupe

a 32.^a posição na universalização do ensino fundamental, o Brasil cai para 87.^o lugar na permanência depois da 4^a série.

A alta taxa de repetência, a distorção idade-série, o elevado número de não concluintes do ensino fundamental são apontados por Araújo (2006) como problemas sérios da educação nacional, ressaltando, ainda, que os níveis de aprendizado são medíocres.

Além da evasão e da repetência dos alunos da educação básica, emerge o analfabetismo funcional. Levantamento feito sobre o grau de escolaridade dos brasileiros aponta o ingresso no Ensino Fundamental de 96,4% das crianças com idades entre 7 e 14 anos. Dentre os adolescentes, na faixa de 15 e 17 anos, 83% estão matriculados no Ensino Médio. No entanto, dos que cursam a 4^a série do ensino público, 55% não sabem ler nem escrever. Ou seja, 33 milhões de crianças apresentam analfabetismo funcional¹.

As políticas governamentais nem sempre conseguem alcançar o principal agente de transformação dessa realidade: o professor. As tentativas de vencer a evasão, a repetência e o analfabetismo funcional com programas de reorganização dos processos de avaliação e progressão têm esbarrado, freqüentemente, nas lacunas de qualificação dos profissionais da educação, nos dilemas da prática docente e nos poucos instrumentos que lhe permitam enfrentar, com êxito, a problemática do fracasso escolar.

A Universidade deve refletir a respeito de sua parcela de responsabilidade com relação ao acesso e ao tipo de conhecimento que produz, em *locus* próprio e/ou em outros ambientes com os quais interage, tanto no âmbito da formação dos futuros profissionais da educação, quanto no da contribuição oferecida aos professores em exercício no magistério.

O modelo de formação do professor esteve, durante muito tempo, centrado na transmissão e difusão do conhecimento. O licenciando deveria moldar sua prática pedagógica na informação teórica obtida, que seria aplicada, sem muitos desvios, na realidade escolar em que iria atuar. A reflexão sobre o fazer pedagógico desvinculava-se do aluno-sujeito da educação. Não se procurava conhecer e menos ainda ouvir os desejos e necessidades dos atores que fazem o cotidiano da escola.

Não se pode ignorar que, por um tempo, a formação pedagógica dos alunos das licenciaturas foi vista pelos docentes dos Institutos, como uma formação menor, sem muitos investimentos. Na visão desses profissionais, o estudante não deveria se preocupar, porque bastaria se

esforçar na aplicação do conhecimento específico adquirido para estar apto a enfrentar os desafios da educação brasileira.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) tem procurado fortalecer, sob diversos aspectos, sua relação com as redes públicas de ensino, seja em iniciativas capitaneadas por suas Pró-Reitorias, seja em atividades gestadas em suas unidades de ensino.

Neste contexto, a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC) promoveu um movimento de aproximação entre os professores das licenciaturas, pertencentes à Faculdade de Educação e aos Institutos, em parceria com a Coordenação das Licenciaturas. Esta ação contribuiu para tornar a Coordenação importante espaço de troca, de diálogo e de formulação de estratégias pedagógicas para as licenciaturas e teve como resultado a institucionalização de uma política para a formação de professores, publicada no documento **Diretrizes para a Formação de Professores na UFF** (2002). Uma vez aprovadas as diretrizes, intensificou-se a discussão de uma proposta curricular para todos os cursos de licenciaturas, que resultou na constituição da “Base Comum para a Formação de Professores na UFF”.

A partir daí, a UFF voltou a atenção para a questão do estágio dos licenciandos e, tendo como norte a concepção definida nas **Diretrizes para a Formação de Professores na UFF** e as orientações estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (UFF, 2002), empenhou-se em ancorar a realização dos estágios em forte articulação com as redes públicas de ensino.

Por outro lado, seu alicerce acadêmico vem sendo construído em experiências que procuram transformar a face tradicional do estágio. A introdução de uma perspectiva inter/transdisciplinar e a busca de atendimento às necessidades reais, manifestadas pelas escolas, são os pilares que orientam a nova organização dos estágios, em construção na UFF. Como enfatiza Araújo (2006), as instituições de ensino responsáveis pela formação de professores devem se aproximar das redes de ensino para que o futuro professor deixe de ter no estágio apenas mais um componente curricular a ser “ultrapassado” e desenvolva uma prática efetiva.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a concepção, o desenvolvimento e os resultados até agora obtidos por meio de uma gestão acadêmica, intencionalmente dirigida pela busca da articulação da formação inicial, que se processa no interior dos cursos de

licenciatura, com a formação continuada dos professores em exercício no magistério público.

Revisão da literatura

A política de formação de professores, discutida e elaborada coletivamente pela Universidade, em consonância com o seu Projeto Pedagógico Institucional e consubstanciada no documento **Diretrizes para a Formação de Professores na UFF** ancora-se na bibliografia selecionada pela Coordenação das Licenciaturas a partir de documentos produzidos pelas entidades ligadas à educação².

A leitura dos documentos oficiais indica que todos partem das considerações da LDBEN sobre a formação de professores e se legitimam a partir dela. Do conjunto, o PNE é o que explicita, de modo mais abrangente e sistemático, a relação da formação de professores com a execução de políticas públicas no campo da educação. O PNE reserva o capítulo IV para tratar do Magistério de Educação Básica, dedicando um item à Formação de Professores de Educação Básica, onde vincula a valorização do magistério a uma política global, com o objetivo principal de perseguir a melhoria da qualidade do ensino.

Os dados educacionais brasileiros apontam o aumento da taxa de atendimento escolar no Ensino Básico, segundo estudos realizados pelo INEP. Para Setúbal (2000), entretanto, os índices de aprovação, reprovação e abandono, continuam insatisfatórios. A distorção idade/série atinge um percentual significativo de alunos deste nível de ensino. Segundo Pereira (2000), as falhas na formação docente e o despreparo dos professores são considerados os principais fatores responsáveis por essa situação.

As instituições formadoras devem se aproximar das redes de ensino para que o professor deixe de ter um “estágio” de fachada e ganhe uma prática efetiva. Por outro lado, deve-se enfrentar as idiosincrasias acadêmicas e comprometer as instituições universitárias com as necessidades mais prementes da educação básica.

Nos **Referenciais para a Formação de Professores**, da Secretaria de Educação Fundamental do MEC (BRASIL, 1999), é dito que:

[...] é consensual a opinião de que a formação de que dispõem os professores hoje no Brasil não contribui suficientemente para que seus alunos se desenvolvam como pessoas, tenham sucesso nas aprendizagens escolares e, fundamentalmente, participem como cidadãos num mundo cada vez mais exigente em todos os aspectos.

Uma das críticas apresentadas no documento é a incoerência entre o modelo pelo qual os professores são formados (com aulas expositivas) e o preconizado sobre o que devem pôr em prática com os alunos, como, por exemplo, o desenvolvimento de pensamento crítico, a autonomia e a aprendizagem ativa.

Torna-se oportuno lembrar que o PNE da Sociedade Brasileira (CONED, II, 1997) considerou a legislação vigente a partir da LDB, Lei nº 9394/96, interpretando-a, dentro do marco e da ordem constitucional, a favor do direito universal à educação, em todos os níveis e modalidades. Nos seus pressupostos, o PNE apresenta-se como documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, tendo se embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária. A educação é entendida como instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir um projeto de inclusão e de qualidade social para o país.

Durante o III CONED, realizado em Brasília, em novembro de 2000, destaca-se a discussão sobre a realidade da prática educativa, e que esta deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades curriculares na formação básica, profissional e continuada, particularmente aquela que ocorre nas escolas públicas de Educação Básica.

O parecer CNE/CP 009/2001³, em seu item 3.1.2, chama a atenção para a realidade dos cursos de Licenciatura, que funcionam como anexos do bacharelado, o que impede a construção de um curso com identidade própria. Alerta que o estágio necessário à formação dos futuros professores fica prejudicado pela ausência de espaço institucional que assegure o planejamento conjunto de profissionais dos cursos de formação e da escola de educação básica que receberá os estagiários. No item 3.1.3, o documento enfatiza que é necessário integrar os diversos espaços educacionais existentes na sociedade, ajudando a criar um ambiente científico e cultural que amplie o horizonte do exercício da cidadania. Ressalta, ainda, que é fundamental a abertura das escolas

à comunidade, da mesma forma que as instituições formadoras precisam penetrar nas novas dinâmicas culturais e satisfazer às demandas sociais apresentadas à educação escolar.

A Resolução CNE/CP 002/2002⁴, ao complementar as Diretrizes com determinações relativas à carga horária dos cursos, levou à necessidade de reorganização institucional para atendimento de suas prescrições. Em particular, o estabelecimento de 800 horas de prática, sendo 400 horas de estágio, exige que sejam repensados não só os currículos das licenciaturas, mas a prática embutida nos cursos de formação.

Partem, pois, as **Diretrizes para a Formação de Professores na UFF** (2002), da concepção de um sistema unitário de formação de profissionais da educação, superando dicotomias históricas. Nesse sentido, a formação dos profissionais da educação é concebida como um processo de identidade própria que mantém a interface com o bacharelado, pela própria natureza dos conhecimentos específicos e valores envolvidos na formação humana em geral.

Não se pretende com elas, porém, estabelecer currículos e formatações para os cursos de licenciatura da Universidade, pois cada modalidade de curso deverá considerar as peculiaridades de sua destinação, estabelecendo os parâmetros específicos de seu campo formativo e de sua prática.

Em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, as **Diretrizes...** (2002, p. 8-9), norteiam-se pelos seguintes pressupostos:

- [...] a Licenciatura deve ser concebida como o curso de formação de educador-pesquisador para atuar na escola e nos espaços alternativos educacionais. Pressupõe-se que esse curso proporcione uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conhecimentos específicos a serem trabalhados pela escola básica e nos conhecimentos pedagógicos – tendo a pesquisa educacional como princípio embasador;
- o profissional da educação deve ser capaz de apropriar, construir e reconstruir o conhecimento de forma a intervir na realidade, por meio de espaços educacionais, sempre em busca da consolidação da cidadania;
- a formação do educador deve ser de caráter amplo, garantindo ao licenciado o domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com consciência crítica, sendo capaz de atuar como agente transformador do contexto em que se insere;

- a formação pedagógica deve ser iniciada a partir dos primeiros períodos, tendo em vista que o saber docente não se constrói apenas por complementação, sendo um processo construtivo pelo qual se dá a incorporação de conhecimentos e habilidades pedagógicas pelo futuro educador;
- a pesquisa pedagógica deve ser instituída como componente curricular ao longo do curso, a fim de contribuir para a formação do professor crítico-reflexivo, possibilitando a atitude investigativa como condição inerente ao exercício do magistério;
- a prática e o estágio curricular supervisionado, previstos pelos órgãos superiores oficiais como componentes curriculares, merecem destaque especial, tendo em vista que não poderão se constituir em uma prática burocrática e alienada, cumpridora apenas das normas legais. Pelo contrário, devem ser desenvolvidos com a conotação de uma prática / estágio articulados à pesquisa, a fim de que o aluno vivencie as realidades educacionais. Esses componentes curriculares deverão se pautar nas práticas reflexivas críticas da gestão e da organização escolar, na dinâmica da sala de aula, na análise curricular e nos processos avaliativos.

As **Diretrizes...** apontam, pois, para o trabalho coletivo e interdisciplinar, uma vez que a formação de professores é parte do projeto institucional, envolvendo cada colegiado, coordenação de curso e departamento de ensino com responsabilidades nas licenciaturas. Por isso, as proposições a respeito da prática e do estágio nas licenciaturas buscam romper com a forma tradicional de acompanhamento exclusivo pelo professor da disciplina. A prática nas escolas ocorre de maneira integrada, reunindo licenciandos das diversas áreas de conhecimento em torno de um mesmo projeto.

A unidade teoria-prática perpassa o projeto pela conjugação de esforços das coordenações e professores dos diferentes cursos com os professores da Faculdade de Educação. Os conteúdos científico-culturais contemplados nos componentes curriculares relativos à área de conhecimento do curso estão articulados à prática e fundamentarão as atividades de estágio.

A articulação da formação inicial com a continuada é implementada cotidianamente na ação dos estagiários junto às escolas públicas. A divulgação e a inserção de professores das redes públicas em cursos e eventos promovidos pela universidade conjugam-se ao atendimento das demandas específicas formuladas no interior das escolas.

Método

Orientada pelos pressupostos teóricos, a metodologia adotada requer ações integradas que possam proporcionar experiências que contribuam para o aperfeiçoamento do licenciando como profissional e cidadão, inserindo-o na realidade da rede de ensino público. Estas ações planejadas conjuntamente são pensadas como um meio de promover a melhoria da qualidade do ensino e da gestão nas escolas públicas e de incentivar novas práticas de ensino, transformando as relações entre as Escolas de Rede Pública de Ensino Médio e Fundamental e a Universidade Federal Fluminense.

A implementação do projeto ocorre através das seguintes fases:

I seleção das escolas: a inserção das escolas da rede pública de ensino no projeto se inicia a partir de reuniões com a Coordenadoria Estadual Regional VIII com sede em Niterói, bem como com os diretores dos estabelecimentos escolares, e se dá por adesão, atendendo ao interesse e às condições de desenvolvimento do projeto.

II elaboração do plano de trabalho: em cada escola é elaborado um plano de trabalho pelas equipes da universidade e da escola, respeitando o projeto pedagógico de ambas as instituições. Para isso, são realizadas reuniões preliminares, com a participação dos professores orientadores e licenciandos da universidade, das equipes pedagógicas das escolas e de demais professores interessados em participar do projeto. Nesses encontros, são levantadas as necessidades que a escola apresenta na construção de seu projeto político-pedagógico, para que se avalie de que forma o projeto de formação da universidade poderá integrar-se. Constituem-se, a partir desses encontros, projetos e subprojetos a serem desenvolvidos no período.

III constituição de equipes de trabalho: são constituídas equipes de trabalho em cada escola de acordo com as necessidades dessas, inclusive, no tocante à quantidade de licenciandos que participam dessas equipes. Como os períodos letivos na universidade organizam-se semestralmente, é estabelecido pelos professores responsáveis, em conjunto com as equipes das escolas, um plano semestral de atividades a serem desenvolvidas nas escolas participantes do projeto.

IV avaliação do projeto: coerentemente com os pressupostos de interdisciplinaridade e integração universidade-escola, é fundamental que sejam desenvolvidos instrumentos e atividades de auto-avaliação e de avaliação externa, uma vez que o projeto objetiva reunir estudantes e professores das escolas públicas e da universidade em atividades de reflexão que apontem indicadores do real impacto do projeto, tanto na formação inicial quanto na qualidade do ensino básico.

Executa-se, pois, um processo de avaliação em três níveis:

- participação dos estudantes que produzem um relatório avaliativo de suas atividades e suas experiências nas escolas, (sem prejuízo, é claro, da avaliação dos professores na disciplina);
- realização pela escola participante do projeto de uma avaliação de forma independente;
- avaliação das atividades realizadas em relação aos objetivos propostos pelo projeto e o papel desempenhado por ambas instituições e pelos sujeitos envolvidos, com indicação de possíveis transformações e/ou correções de rumos decorrentes da experiência vivenciada.

Resultados

Ao longo destes três anos de desenvolvimento do programa, pode-se verificar o seu crescimento em termos da adesão do corpo docente e discente, do reconhecimento institucional e da visibilidade interna e externa, contribuindo para a superação gradativa de preconceitos históricos.

As estratégias de execução, adotadas na gestão acadêmica para a formação de professores em articulação com as escolas públicas, possibilitaram a obtenção dos seguintes resultados:

I assinatura de convênios: após as devidas gestões junto às instâncias dos governos municipal e estadual, a adesão à cooperação acadêmica e o intercâmbio com as redes públicas de ensino, tal como concebidas pela UFF, foram materializados por meio de convênios assinados entre a Universidade Federal Fluminense e as Secretarias de Educação do Estado

do Rio de Janeiro e do Município de Niterói. Os convênios firmados conferiram suporte legal para a realização dos estágios pelos licenciandos dos treze cursos de licenciatura da Universidade.

II criação da subcoordenadoria de apoio à prática discente: para garantir a integração entre cursos, escolas e órgãos envolvidos no acompanhamento, apoio nos contatos, na organização e implementação do projeto junto às escolas, bem como na integração com outros projetos da universidade nas redes públicas, sentiu-se a necessidade de criação de uma instância de apoio administrativo à prática discente dos cursos de licenciatura. Em 2004, a PROAC criou a Subcoordenadoria de Apoio a Prática Pedagógica para auxiliar não somente no contato, na promoção do intercâmbio com as redes públicas de ensino, na cooperação acadêmico-pedagógica, no mútuo aprendizado sobre o fazer pedagógico, na organização e implementação do projeto junto às escolas, como também na integração das muitas ações pedagógicas desenvolvidas na UFF, com projetos de ensino, pesquisa e extensão, articulando os interesses dos profissionais das escolas públicas e a formação de professores.

III instituição da bolsa licenciatura: levantamento realizado sobre o perfil sócio-econômico dos estudantes de licenciatura revelou que, em sua grande maioria, esses alunos provêm de famílias com recursos financeiros escassos e, conseqüentemente, com dificuldades de arcar com as despesas decorrentes da produção de material didático-pedagógico e custos de deslocamentos para as escolas onde se desenvolve o projeto. A partir de 2005, obteve-se a aprovação, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do programa “Bolsa Licenciatura”. Esse programa contempla com bolsa 130 estudantes, distribuídos em grupos de 10 alunos de cada um dos 13 cursos de licenciatura da UFF.

IV participação das escolas: foram selecionadas, inicialmente, três escolas públicas para a implementação do projeto. Nas visitas realizadas a esses estabelecimentos procurou-se estabelecer uma relação de confiança entre os professores de Pesquisa e Prática de Ensino, licenciandos, diretores, professores e alunos das escolas, incentivando-os a falar sobre suas necessidades, desejos e expectativas.

O número de escolas públicas participantes do projeto foi se ampliando a cada semestre, contabilizando, em 2006, 14 estabelecimentos da rede estadual e municipal de educação básica.

V implementação do projeto: o projeto, então denominado “Projeto de Formação de Professores em Articulação com as Escolas Públicas”, foi elaborado sob orientação dos professores de Pesquisa e Prática de Ensino, a partir das demandas das escolas, do interesse dos licenciandos das diferentes áreas de ensino e com a participação dos professores da educação básica. Apresenta três eixos articuladores: a formação, que ocorre na licenciatura, e a formação continuada dos professores em exercício; a formação do professor-pesquisador e a relação universidade – escola pública.

É composto pelos subprojetos de ensino, que são atividades pedagógicas diversificadas, nas modalidades: oficinas, projetos de recuperação e reforço, produção textual, projetos de mini-curso e de cineclube, produção de jornal escolar, apoio a laboratórios, visitas pedagógicas e culturais, pesquisa de ensino, entre outras de interesse comum.

Os subprojetos trabalham uma abordagem multi/interdisciplinar em que os conteúdos estudados nas escolas públicas de ensino fundamental e médio perpassam as diferentes áreas das licenciaturas. Assim, por exemplo, aprende-se Geografia por meio de estudo de textos literários, isto é, utiliza-se a linguagem literária como instrumento de compreensão dos espaços nos quais os alunos se inserem e desenvolvem suas vidas cotidianas, uma vez que na literatura estão presentes conceitos básicos da Geografia.

Todas as áreas de licenciatura da UFF participam com vários subprojetos, desenvolvidos em escolas diferentes, com duração de um semestre letivo cada e envolvem grupos diferenciados de licenciandos, em um sistema de rodízio.

São exemplos de subprojetos: Leitura, Produção Textual e Análise Lingüística: práticas para o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos; O Ensino de Matemática pelas Dobraduras de Papel-Origami; Trabalhando a Geometria através de Jogos e Técnicas Interdisciplinares; Oficinas de História: imagens, textos e música; Vivências em Ambientes Escolares; Ensino de Geografia e Linguagens Literárias; Metodologia e Instrumentação para o Ensino de Química; Educação Ambiental; História e Atualidade: cidadania, política e globalização; e As “Artes de Fazer” a Educação em Ciclo.

VI realização de seminário de prática pedagógica discente: a avaliação do projeto nos níveis propostos (auto-avaliação, avaliação do professor de Pesquisa e Prática de Ensino e dos professores das escolas públicas) tem sido feita regularmente e seus resultados são socializados, a cada ano, no Seminário de Prática Pedagógica Discente, por meio da apresentação e

discussão dos trabalhos desenvolvidos pelos licenciandos. É o momento em que a Universidade pode avaliar e ser avaliada pelos atores envolvidos na execução desses trabalhos, compreender a sua dimensão em relação aos objetivos alcançados e rever constantemente suas práticas, dar visibilidade e compartilhar os avanços resultantes das experiências vivenciadas.

VII criação da mostra de iniciação à docência: os subprojetos têm gerado, ainda, publicações que motivaram a organização do evento Mostra de Iniciação à Docência, completando sua quarta edição em 2006. Essa Mostra faz parte da Agenda Acadêmica da UFF, evento anual que reúne a produção acadêmica da Universidade com objetivo de dar-lhe maior visibilidade e fomentar a conexão de saberes e fazeres com temáticas interdisciplinares abrangentes.

Tab.1. Trabalhos apresentados pelos licenciandos integrantes do Projeto A Formação de Professores em Articulação com as Escolas Públicas, na Mostra de Iniciação à Docência, realizada na Agenda Acadêmica da UFF, nos anos de 2003, 2004 e 2005

Tipos de Publicação	I Mostra - 2003	II Mostra - 2004	III Mostra 2005
Comunicação Oral	12	40	57
Apresentação de Pôsteres	4	3	15
Total	16	43	72

Fonte: As autoras

Pela observação dos dados da tabela 1, pode-se perceber o crescimento significativo do número de trabalhos em cada ano da Mostra. Deve-se ressaltar que as publicações apresentadas remetem a uma prática reflexiva sobre os aspectos do ofício de ensinar, vivenciados de maneira diversificada e plural, nas escolas públicas. Os trabalhos participantes da Mostra são avaliados por uma comissão científica, recebem nota e são classificados segundo critérios de qualidade acadêmica, envolvimento dos alunos e integração com o projeto das escolas onde foram desenvolvidos.

VIII publicação: encontra-se no prelo a publicação de um livro que deverá apresentar o resultado do trabalho realizado nesses três últimos anos. Essa publicação dará continuidade ao primeiro livro já mencionado, **Diretrizes para a Formação de Professores na UFF**, que se ateve prioritariamente à concepção de uma proposta de formação. Neste

segundo livro, serão tratadas, com o necessário detalhamento, as estratégias de gestão acadêmica intencionalmente dirigida para a busca da articulação de um projeto de formação de professores com as Escolas Públicas e os resultados obtidos. Ele irá revelar, certamente, por meio das ações já realizadas e em realização com a rede pública de ensino, o quanto a Universidade e as Escolas Públicas **têm a aprender**, mais até **do que ensinar**.

Cosiderações finais

Ao escolher a escola pública como local para desenvolvimento do projeto, a UFF procurou valorizar esse espaço e criar condições para que o licenciando pudesse refletir mais profundamente sobre as múltiplas questões da educação, vivenciadas no cotidiano do ensino público, fortalecendo sua formação e preparando-o melhor para o exercício pleno do magistério.

A gestão acadêmica dos cursos de licenciatura da UFF, construída da forma aqui apresentada (e em constante aprimoramento), contribuirá efetivamente para a melhoria de qualidade da formação pedagógica dos licenciandos, tanto do ponto de vista dos avanços para a área de ensino e do projeto pedagógico dos cursos quanto do ponto de vista do impacto destas ações na comunidade acadêmica e na sociedade.

Do ponto de vista dos avanços para a área de ensino, espera-se que o projeto:

- amplie o diálogo existente entre os profissionais da universidade e da educação básica;
- fortaleça a integração das atividades pedagógicas produzidas nos espaços das licenciaturas e do ensino básico;
- favoreça o aprofundamento das relações entre pesquisa e ensino na área da formação de professores;
- contribua para a qualificação profissional dos docentes envolvidos na formação inicial, que se dá nas licenciaturas, e na formação continuada dos professores em exercício.

Do ponto de vista do Projeto Pedagógico do Curso espera-se que o projeto:

- consolide a política de formação de professores da UFF;
- sedimente a proposta da base comum dos cursos de licenciatura;
- fortaleça ações interdisciplinares entre as licenciaturas da UFF.

Por fim, no que concerne ao impacto das ações do projeto na comunidade acadêmica e na sociedade, espera-se que o projeto:

- contribua para a melhoria da qualidade da educação pública, através do diálogo entre professores das licenciaturas, da educação básica e licenciandos;
- promova a escola pública como campo privilegiado da formação do futuro docente;
- construa caminhos de socialização das experiências realizadas nas escolas públicas;
- articule conhecimentos teóricos e práticos na produção de novas metodologias de ensino.

Referências

- ANFOPE. VIII Encontro Nacional. Belo Horizonte, 1996.
- ANFOPE. X Encontro Nacional .Brasília.
- ARAÚJO, C. H. Formação de professores e qualidade da educação. *Jornal de Brasília*, 15 maio 2006. Disponível em <http://www.missaocrianca.org.br>. Acesso em: 20 set.2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.
- CARTA DE CURITIBA. VI Seminário Nacional da ANFOPE – XIV Reunião Do FORUMDIR, Curitiba - PR, junho, 2001.
- II CONED. **Plano Nacional de Educação** – proposta da sociedade brasileira. Belo Horizonte, 1997.
- FORUM NACIONAL em DEFESA da ESCOLA PÚBLICA. **Avaliação da LDB** – Lei 9394/96 , Belo Horizonte, APUBH – Seção Sindical, 1997.
- FORGRAD. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Resgatando espaços e construindo idéias**: 1997 a 2003. Recife: UFPE, 2003.
- PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores** – pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SETÚBAL, M. A. Os programas de correção de fluxo no contexto das políticas de educação contemporâneas. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n.71, p. 9-19, jan.2000.

UNESCO. **Relatório de monotoramento global para as metas de educação**. Brasília, 8 de novembro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Projeto Pedagógico Institucional**: proposta para discussão. Niterói, 2002. Disponível também em : <http://www.proac.uff.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Coordenação das Licenciaturas. **Diretrizes para a política de formação de professores na UFF**. Niterói, 2002. Disponível também em : <http://www.proac.uff.br>

Notas

¹ Informação disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2006

² ANFOPE, ANPED, ANPAE, FORUMDIR, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 12 / 12 / 1996; Plano Nacional de Educação - proposta da sociedade brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação – CONED, em Belo Horizonte, 1977; Plano Nacional de Graduação (PNG), aprovado no XII Fórum Nacional de Pró Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, em Ilhéus, maio de 1999; Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; e Diretrizes Curriculares Nacionais.

³ PARECER CNE/CP publicado no DOU de 18 jan. 2002, p.31.

⁴ RESOLUÇÃO CNE/CP publicado no DOU de 4 mar. 2002, p.9.